

O inferno astral de FHC

Acúmulo de problemas levam tensão ao Planalto às vésperas do aniversário do Presidente

ÉRICA FERRAZ

O inferno astral do presidente Fernando Henrique Cardoso começou mais cedo este ano. Dois meses antes de seu aniversário - o Presidente completa 66 anos no dia 18 de junho -, a tensão e a irritabilidade tomaram conta do Palácio do Planalto. O mês de abril foi de longe um dos períodos mais conturbados do governo Fernando Henrique. As razões de suas dores de cabeça, que quase sempre se resumem a questões políticas com o Congresso Nacional, diversificaram. De repente, o mês de abril virou agosto, mês do desgosto de FHC. E quanto desgosto. O Presidente teve de contornar problemas jurídicos, sociais, econômicos e políticos. Num só mês, ele brigou com o Judiciário, enfrentou a marcha dos trabalhadores sem-terra, engoliu a derrota na reforma administrativa e teve que aceitar o atraso no leilão de privatização da Companhia Valé do Rio Doce.

“Existe a necessidade de se fazer um esforço grande para o desarmamento dos espíritos. Nestes últimos 15 dias, há uma tensão muito grande. As faíscas saem de todos os lados”, analisa o deputado Moreira Franco (PMDB-RJ), relator da reforma administrativa. O deputado Roberto Brant (PSDB-MG) brinca com tantos acontecimentos ruins para o Governo e cita um verso de T.S. Eliot: “Abril é o mais cruel dos meses”. Se o mês não tinha esta fama, a partir deste ano, pelo menos para Fernando Henrique, abril não deixará saudades.

Contratempos - No final de fevereiro, o Supremo Tribunal Federal concedeu uma liminar a 11 funcionários públicos que dava 28,86% de reajuste. A decisão do STF foi considerada pelo Governo uma ameaça ao Plano Real. Numa reunião no Palácio, os fotógrafos ouviram do Presidente: “Eles não pensam no Brasil”. A declaração não ficou sem resposta do STF. O presidente do Supremo, ministro Sepúlveda Pertence, disse que “os programas de Governo é que hão de adaptar-se aos limites da Constituição e não o contrário”.

O mal estar entre Executivo e Judiciário foi grande, mas as divergências não pararam por aí. Em março, o presidente do STF criticou o projeto de reforma administrativa. Em Abril, o Governo enfrentou uma enxurrada de liminares contra a privatização da Vale do Rio Doce. No dia do leilão, 29 de abril, o Superior Tribunal de Justiça indeferiu pedido do BNDES para derrubar uma liminar concedida por oito juristas de São Paulo, contra a venda da empresa. No mesmo dia, em uma reunião com governadores, Fernando Henrique disse que “nenhuma ação judicial fará seu Governo desistir do leilão”. Um dia depois, os líderes aliados davam o recado no Congresso: “Depois desta decisão e da quantidade de liminares contra a venda da Vale, temos de repensar a reforma do Judiciário”, alertou o líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE).

“Ranheta” - No dia 17 de abril, o presidente Fernando Henrique enfrentou a maior manifestação popular de seu Governo. Apesar de ter criticado inúmeras vezes os métodos utilizados pelo MST, Fernando Henrique teve de admitir que o movimento dos trabalhadores sem-terra era coisa séria. Com o respaldo de 80% da população que quer a reforma agrária, o movimento organizou uma marcha triunfal a Brasília. O Presidente viu a cidade ser invadida por 2 mil sem-terra que conseguiram mobilizar mais 38 mil pessoas, entre funcionários públicos, metalúrgicos e desempregados. A manifestação teve repercussão internacional e Fernando Henrique rendeu-se aos apelos das ruas e se viu negociando com o MST.

Paralela à crise com o Judiciário e à manifestação do MST, a votação da reforma administrativa também tirou o sossego do Presidente. Adiada várias vezes, o Governo não conseguiu articular sua base na Câmara. O substitutivo do deputado Moreira Franco (PMDB-RJ) foi aprovado em abril por apenas um voto a mais que os 308 necessários. Duas semanas depois, a reforma sofre sua primeira derrota com um destaque da oposição que derrubou o contrato de emprego público. Neste meio tempo, Fernando Henrique criticou a lentidão do Congresso em votar as reformas e chamou a votação em que o Governo perdeu de “ranheta”.